



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



Ednilson Pinto

ENSINO DE GEOGRAFIA: ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO E
EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMÉRICA LATINA E
ÁFRICA COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE.

OURO PRETO MG

2025

EDNILSON PINTO

**ENSINO DE GEOGRAFIA: ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO E
EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMÉRICA LATINA E
ÁFRICA COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Dr. William Fortes Rodrigues

OURO PRETO – MG

2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
CENTRO DE EDUCACAO ABERTA E A DISTANCIA - CEAD
COLEGIADO DO CURSO DE GEOGRAFIA - MODALIDADE
A DISTANCIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ednilson Pinto

Ensino de Geografia: estratégias para a gestão e exploração dos recursos naturais na América Latina e África com foco na sustentabilidade

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado.

Aprovada em 16 de julho de 2025

Membros da banca

Dr. William Fortes Rodrigues - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto

Dr. Exzolvildres Queiroz Neto - Universidade Federal de Ouro Preto

Dra. Marta Bertin - Universidade Federal de Ouro Preto

Dra. Marta Bertin, Coordenadora do Curso de Geografia, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 16/07/2025



Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin, COORDENADOR(A) DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**, em 16/07/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0944265** e o código CRC **4B68E499**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.008753/2025-17

SEI nº 0944265

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163

Telefone: - www.ufop.br

RESUMO

O presente artigo de revisão tem como objetivo analisar as estratégias de exploração sustentável e gestão dos recursos naturais nos países da América Latina e da África, com foco nas implicações socioambientais, políticas e econômicas decorrentes dessas práticas. A pesquisa adota uma abordagem, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, envolvendo autores como Galeano (1971), Martinez-Alier (2002), Almeida (2018), entre outros. O estudo discute os impactos da exploração predatória, a desigualdade na apropriação dos recursos e as políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Além disso, propõe estratégias didáticas para o ensino de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental, visando fomentar a reflexão crítica dos estudantes sobre os desafios e possibilidades da exploração sustentável dos recursos naturais.

Palavras-chave: Geografia, Sustentabilidade, Recursos Naturais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	DESENVOLVIMENTO	7
2.1	Abordagem Qualitativa	7
2.2	A Exploração Sustentável e a Gestão dos Recursos Naturais na América Latina e África: Uma Perspectiva Crítica	8
2.3	A Importância da Educação Geográfica na Formação Crítica sobre Sustentabilidade e Gestão dos Recursos Naturais	10
2.4	Metodologias e Estratégias Didáticas para o Ensino da Exploração Sustentável e da Gestão dos Recursos Naturais	11
3	CONCLUSÃO	12
	REFERÊNCIAS	14

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo de revisão aborda estratégias pedagógicas para o ensino de Geografia, com foco na gestão e exploração sustentável dos recursos naturais na América Latina e na África.

A preservação do meio ambiente tornou-se uma das principais preocupações globais nas últimas décadas, sendo essencial para garantir a sustentabilidade do planeta e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Entretanto, a exploração desenfreada e muitas vezes predatória dos recursos naturais, especialmente em países periféricos como os da América Latina e da África, tem gerado sérias consequências ambientais e sociais. Entre os principais impactos estão os desequilíbrios ecológicos, a degradação de ecossistemas, a perda da biodiversidade e o aumento de conflitos socioeconômicos. Diante desse cenário, torna-se fundamental revisar e analisar criticamente as dinâmicas de exploração e gestão desses recursos. (Porto-Gonçalves, 2006; Acselrad, 2004)

A compreensão das relações geopolíticas que envolvem a apropriação e o controle de bens naturais estratégicos permite aos alunos desenvolverem uma leitura mais crítica sobre os processos de dominação e dependência impostos por potências econômicas globais. Conforme destaca Almeida (2018), a geopolítica dos recursos naturais revela como a busca por fontes energéticas e minerais estratégicas intensifica a pressão sobre os territórios mais vulneráveis, colocando em risco a sustentabilidade socioambiental dessas regiões.

Além disso, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2013) aponta que a distribuição desigual dos recursos naturais e a sua exploração sem planejamento adequado acentuam os problemas de desigualdade social, degradação ambiental e insegurança alimentar. Esses desafios são especialmente evidentes em países latino-americanos e africanos, cujas economias dependem fortemente da exportação de recursos primários.

A partir de uma análise comparativa entre os contextos latino-americano e africano, o estudo explora as características geográficas, econômicas e políticas dessas regiões, destacando o valor estratégico de seus recursos naturais, frequentemente alvo de interesses de países centrais que buscam influenciar as políticas internas dessas nações para garantir o acesso às suas reservas energéticas. Entre os temas discutidos estão: a distribuição desigual dos recursos naturais no planeta; a importância das águas e de suas bacias hidrográficas para o desenvolvimento sustentável; e os impactos da exploração de recursos como petróleo, gás natural e carvão, tanto do ponto de vista ambiental quanto socioeconômico. Além de

examinar os desafios relacionados à exploração insustentável, o artigo também apresenta exemplos de iniciativas bem-sucedidas de gestão sustentável. Casos como o da Costa Rica, que obteve resultados positivos na conservação de suas florestas e biodiversidade (Ambiente Brasil, 2020), e o de Botsuana, que tem utilizado práticas de gestão sustentável na exploração de seus diamantes (Corrêa; Lima, 2010), são analisados como referências de políticas públicas que conciliam desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Nesse sentido, o desenvolvimento deste estudo se justifica não apenas pela relevância acadêmica do tema, mas também pela sua importância social e educativa. Ao abordar casos concretos de gestão sustentável e também de exploração não sustentável, busca-se fomentar entre os alunos uma compreensão crítica sobre as consequências ambientais e geopolíticas da má gestão dos recursos naturais. Além disso, pretende-se incentivá-los a refletir sobre soluções locais e globais que estejam alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Por meio dessa abordagem, espera-se contribuir para a formação de cidadãos conscientes, informados e responsáveis, capazes de participar ativamente na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável, e espera-se que os alunos desenvolvam uma compreensão mais ampla sobre as relações entre exploração de recursos naturais, sustentabilidade ambiental e justiça socioeconômica, capacitando-os a enfrentar os desafios ambientais globais e locais.

Diante do exposto, o objetivo central é oferecer subsídios teóricos e metodológicos que auxiliem os professores na abordagem deste tema em sala de aula, promovendo uma formação crítica e reflexiva entre os alunos sobre as dinâmicas de exploração, gestão e sustentabilidade desses recursos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Abordagem Qualitativa

A escolha da abordagem qualitativa se justifica pela natureza do tema, que envolve interpretações complexas, contextos sociopolíticos diversos e múltiplas dimensões culturais, econômicas e ambientais. A abordagem qualitativa permite uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos, favorecendo a análise crítica dos discursos e práticas relacionadas à exploração dos recursos naturais. Diferente da abordagem quantitativa, que busca medir e quantificar variáveis, a qualitativa valoriza a interpretação e o significado dos dados, sendo, portanto, mais adequada em artigos de revisão que visam discutir

conceitos, identificar contradições e analisar tendências teóricas e práticas nos contextos latino- americano e africano.

Este artigo de revisão adota uma abordagem qualitativa, com foco na análise de conteúdo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A investigação foi conduzida por meio da seleção, leitura crítica e interpretação de obras acadêmicas, relatórios técnicos, documentos oficiais e publicações de organizações internacionais que tratam da exploração e gestão dos recursos naturais na América Latina e África.

A seleção das fontes foi realizada a partir de um levantamento sistemático em bases de dados acadêmicas como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o Portal de Periódicos da CAPES. Também foram considerados documentos relevantes de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), com foco em relatórios sobre desenvolvimento sustentável e gestão de recursos naturais (CEPAL, 2013; BANCO MUNDIAL, 2019; ONU, 2015).

Foram priorizados estudos que abordem a geopolítica dos recursos naturais (Almeida, 2018), os conflitos ambientais resultantes da apropriação desigual dos recursos (Galeano, 1978; Acselrad, 2004) e os impactos socioeconômicos dessa exploração sobre as populações locais (Martinez-Alier, 2002; Bunker, 1984).

A análise dos dados seguiu as etapas da análise de conteúdo (como método clássico de análise qualitativa), incluindo: pré-análise, exploração do material, categorização temática e interpretação crítica dos resultados. Essas etapas permitiram identificar padrões, contradições e tendências nos modelos de exploração e gestão sustentável adotados pelos países estudados.

A dimensão didática foi contemplada por meio da proposição de estratégias pedagógicas para o ensino de Geografia nos anos finais do ensino fundamental, em diálogo com os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo a reflexão crítica dos alunos sobre as relações entre exploração de recursos, sustentabilidade e justiça ambiental.

2.2 A Exploração Sustentável e a Gestão dos Recursos Naturais na América Latina e África: Uma Perspectiva Crítica

A exploração sustentável e a gestão dos recursos naturais em países da América Latina e da África constituem temas centrais para a compreensão das dinâmicas

geopolíticas, socioeconômicas e ambientais no mundo contemporâneo. Esses territórios, historicamente marcados por processos de colonização e exploração econômica, continuam a desempenhar um papel estratégico no fornecimento de matérias-primas essenciais para o funcionamento das economias globais, sobretudo dos países centrais. No entanto, a forma como esses recursos são explorados frequentemente gera desequilíbrios socioambientais, aprofundando desigualdades e ameaçando a biodiversidade local. Compreender essas dinâmicas implica analisar as relações de poder que envolvem corporações multinacionais, governos locais e comunidades tradicionais, bem como os conflitos e desafios relacionados à soberania sobre os recursos naturais. Além disso, a busca por modelos de exploração sustentável e gestão responsável desses recursos torna-se imprescindível para garantir o equilíbrio ambiental e a justiça social, articulando interesses locais e globais em prol de um desenvolvimento que respeite tanto o meio ambiente quanto as populações historicamente marginalizadas desses processos. Essas regiões possuem, ao longo da história, uma trajetória fortemente associada à extração de seus abundantes recursos estratégicos — como petróleo, gás natural, minérios e biodiversidade — que despertam o interesse de potências econômicas internacionais, muitas vezes resultando em processos de exploração predatória (Galeano, 1978; Almeida, 2018). A literatura destaca que a má gestão e o modelo de extração voltado unicamente para a exportação de commodities têm gerado profundos impactos ambientais e sociais. Entre eles estão a exaustão de recursos, a degradação de ecossistemas, o desmatamento e a contaminação de solos e águas (Silva et al., 2020; Bunker, 1984). Além disso, a exploração intensiva, frequentemente realizada sem a devida regulamentação ambiental, tem acentuado desigualdades sociais, promovendo o deslocamento de populações tradicionais e ampliando a dependência econômica desses países frente ao mercado internacional (Acsehrad, 2004).

A experiência da Costa Rica, com seu programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), ilustra como políticas de incentivo à conservação podem aliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental (Pagiola, 2008). Já em Botsuana, a gestão dos recursos advindos da exploração de diamantes demonstra como os ganhos econômicos podem ser direcionados para a redução da pobreza e a promoção de projetos de sustentabilidade (Good, 2008).

Entretanto, como alerta Porto-Gonçalves (2006), a ação de corporações multinacionais e governos estrangeiros na exploração dos recursos dessas regiões aprofunda a lógica da dependência e da desigualdade socioambiental, refletindo o que a CEPAL (2013) denomina como "apropriação desigual dos benefícios do desenvolvimento".

2.3 A Importância da Educação Geográfica na Formação Crítica sobre Sustentabilidade e Gestão dos Recursos Naturais

O papel da educação geográfica é fundamental para a formação de sujeitos críticos, conscientes das inter-relações entre sociedade, economia e natureza. Por meio do ensino de Geografia, os estudantes são levados a compreender os processos históricos e espaciais que moldam o mundo em que vivem, reconhecendo as desigualdades socioeconômicas e os impactos ambientais resultantes da ação humana. Essa compreensão amplia a capacidade de análise crítica sobre questões como exploração de recursos naturais, urbanização desordenada, mudanças climáticas e globalização. Além disso, a educação geográfica estimula o desenvolvimento de atitudes responsáveis e sustentáveis, preparando os alunos para atuarem como cidadãos comprometidos com a construção de sociedades mais justas e equilibradas ambientalmente.

Segundo Paulo Freire (1996), a educação deve ser um ato político, no qual o aluno é instigado a problematizar a realidade e a desenvolver uma consciência crítica capaz de promover a transformação social. No caso da Geografia, isso significa criar condições para que os estudantes compreendam as dinâmicas espaciais da exploração dos recursos naturais e os impactos dessas ações sobre os territórios e suas populações. Essa compreensão permite que os alunos percebam como as relações de poder, as desigualdades socioeconômicas e as decisões políticas influenciam a apropriação e a gestão dos recursos naturais, muitas vezes em detrimento das populações locais e do equilíbrio ambiental. Além disso, possibilita refletir criticamente sobre as consequências dessas dinâmicas em escala global e local, relacionando-as com temas como sustentabilidade, justiça socioambiental e direitos humanos. A partir desse olhar crítico, a educação geográfica promove a formação de sujeitos capazes de questionar modelos de desenvolvimento predatórios e buscar alternativas sustentáveis e socialmente justas, contribuindo para a construção de sociedades mais equilibradas e responsáveis em relação ao meio ambiente e às populações que dele dependem. O currículo de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental prevê a abordagem de temas como desenvolvimento sustentável, impactos ambientais e a relação entre sociedade e natureza. Esses conteúdos são fundamentais para que os estudantes desenvolvam uma compreensão crítica sobre os processos socioespaciais que moldam o mundo contemporâneo. Por meio desses temas, busca-se ampliar a percepção dos alunos acerca dos desafios ambientais e sociais que afetam diferentes regiões do planeta, bem como promover a reflexão sobre o papel do ser humano na construção de territórios sustentáveis.

Além disso, ao tratar dessas questões de forma contextualizada e interdisciplinar, o ensino de Geografia contribui para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de atuar na preservação do meio ambiente e na construção de sociedades mais justas e equilibradas. Dessa maneira, a escola se torna um espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores éticos e de práticas voltadas à sustentabilidade planetária. Essa proposta está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente nas competências gerais que incentivam a análise crítica, o pensamento científico e a argumentação com base em dados confiáveis (BRASIL, 2018).

Como destacam McMichael (2012) e Martinez-Alier (2002), a compreensão dos conflitos ambientais e das desigualdades na apropriação de recursos exige uma leitura global das dinâmicas econômicas, políticas e ecológicas, permitindo que os alunos relacionem os fenômenos locais aos processos globais.

2.4 Metodologias e Estratégias Didáticas para o Ensino da Exploração Sustentável e da Gestão dos Recursos Naturais

Para alcançar os objetivos educacionais propostos, é essencial adotar metodologias ativas e interdisciplinares que envolvam os estudantes como protagonistas do processo de aprendizagem. Essas metodologias incentivam a participação, o pensamento crítico e a autonomia dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo e conectado com a realidade. Através de projetos, debates, trabalhos e atividades em campo, os estudantes têm a oportunidade de construir o conhecimento de forma colaborativa e contextualizada. A interdisciplinaridade, por sua vez, permite a articulação entre diferentes áreas do saber, enriquecendo a compreensão dos fenômenos geográficos e sociais. Dessa forma, a aprendizagem ultrapassa o espaço da sala de aula e se conecta com os desafios do mundo contemporâneo.

A utilização de mapas temáticos, análise de estudos de caso, projetos investigativos e debates mediados são estratégias que favorecem a construção de um conhecimento geográfico crítico (Porto-Gonçalves, 2006; ONU, 2015). A análise de casos concretos, como a gestão de recursos hídricos em Moçambique (BANCO MUNDIAL, 2019) ou os conflitos territoriais na Amazônia brasileira (Bunker, 1984), pode ser trabalhada por meio de atividades de leitura crítica de textos, produção de mapas temáticos, construção de painéis informativos e simulações de conferências ambientais. Essas atividades ajudam os alunos a relacionar os conteúdos com os desafios socioambientais reais.

Inspirando-se na pedagogia problematizadora de Paulo Freire (1996), é recomendável que o professor promova situações de aprendizagem em que os alunos possam refletir, dialogar e propor soluções, aproximando a teoria da prática social. A proposta de atividades interdisciplinares, incluindo o uso de gráficos de produção e exportação de recursos naturais, análise de dados socioeconômicos, simulações de negociações internacionais e o estudo das legislações ambientais locais, pode contribuir para uma formação mais integral e crítica.

Além disso, o trabalho com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pode ser uma excelente oportunidade para contextualizar o ensino, ligando os temas da exploração e da gestão de recursos naturais com as metas globais de sustentabilidade (ONU, 2015). Ao integrar os ODS às práticas pedagógicas, o ensino de Geografia amplia sua relevância social e política, pois coloca os estudantes em contato com desafios contemporâneos que extrapolam os limites locais e nacionais, demonstrando a interdependência global nas questões ambientais, econômicas e sociais. Os ODS propõem metas concretas para a erradicação da pobreza, a preservação ambiental e a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, e discutir esses objetivos em sala de aula favorece a compreensão crítica sobre os impactos da exploração dos recursos naturais nos territórios e populações, sobretudo nos países periféricos. Além disso, essa abordagem estimula o protagonismo juvenil e a construção de soluções criativas e responsáveis, alinhando a prática educativa com a formação de cidadãos globalmente conscientes e comprometidos com a construção de um futuro mais justo e sustentável. Assim, trabalhar os ODS não apenas atende às exigências curriculares, mas contribui para formar sujeitos capazes de compreender e intervir nas realidades em que estão inseridos.

3. CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste artigo evidencia a complexidade das dinâmicas que envolvem a exploração e a gestão dos recursos naturais em países latino-americanos e africanos. As desigualdades históricas, os impactos ambientais, os conflitos sociais e a interferência de atores externos demonstram que a gestão sustentável desses recursos é um desafio geopolítico, econômico e ético. A partir da revisão de literatura, torna-se evidente a necessidade de construir modelos de desenvolvimento que articulem crescimento econômico com justiça social e conservação ambiental. Exemplos como os programas de Pagamento por Serviços Ambientais na Costa Rica e a gestão de recursos minerais em Botsuana

demonstram que é possível adotar estratégias sustentáveis, desde que haja vontade política, participação social e respeito às especificidades locais (Pagiola, 2008; Good, 2008).

Do ponto de vista educacional, o ensino de Geografia tem um papel fundamental na formação de uma consciência crítica e na capacitação dos alunos para entenderem os conflitos socioambientais globais e locais. Ao adotar metodologias ativas e interdisciplinares, os professores podem transformar o conteúdo escolar em uma poderosa ferramenta de emancipação social, como defende Paulo Freire (1996).

Este artigo reforça, portanto, a importância de incorporar a temática da exploração e gestão dos recursos naturais no currículo escolar de forma reflexiva, crítica e contextualizada, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). Espera-se que o trabalho contribua para ampliar o debate acadêmico e educacional, servindo como referência para professores, estudantes e pesquisadores interessados em promover uma educação geográfica voltada à transformação social e à sustentabilidade planetária. Nesse sentido, acredita-se que a educação geográfica, quando fundamentada em princípios críticos e emancipatórios, pode estimular a construção de uma consciência coletiva comprometida com a justiça social e a preservação ambiental. Como destaca Paulo Freire (2005), “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, ressaltando a importância de uma prática educativa que desperte nos sujeitos a capacidade de agir criticamente sobre a realidade. Assim, este artigo pretende não apenas sistematizar conhecimentos, mas também inspirar práticas pedagógicas capazes de formar cidadãos críticos, éticos e responsáveis diante dos desafios socioambientais contemporâneos. Busca-se incentivar uma educação geográfica que ultrapasse os limites da transmissão de conteúdos e promova a reflexão, a ação e o compromisso social. Nesse contexto, o ensino torna-se um espaço de construção coletiva do saber, onde estudantes e professores atuam como sujeitos ativos na busca por soluções sustentáveis e justas. Ao fomentar o pensamento crítico e a consciência ambiental, espera-se contribuir para a formação de indivíduos capazes de questionar modelos de desenvolvimento predatórios e propor alternativas que priorizem o equilíbrio entre sociedade, economia e natureza. Dessa forma, o conhecimento geográfico assume um papel transformador, alinhando-se à construção de um futuro mais sustentável e solidário.

REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e conflitos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

ALMEIDA, P. **Geopolítica dos recursos naturais estratégicos e o desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/325547432_Geopolitica_dos_Recursos_Naturais_E_strategicos_e_o_Developmento_Sustentavel. Acesso em: 20 fev. 2025.

AMBIENTE BRASIL. **Como a Costa Rica brecou e reverteu o desmatamento**. Ambiente Brasil, 6 ago. 2020. Disponível em:

<https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2020/08/06/161802-como-a-costa-rica-brecau-e-reverteu-odesmatamento.html>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Comunidades locais vencem em Moçambique: gestão inteligente de recursos naturais**. 2019. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2019/04/24/local-communities-win-in-mozambique-intelligent-resource-management>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Praticando o que apregoas: gestão de recursos naturais em Moçambique**. s.d. Disponível em:

<https://blogs.worldbank.org/pt/voices/praticando-o-que-apregoas-gestao-de-recursos-naturais-em-mocambique>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BUNKER, S. G. **Modes of extraction, unequal exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980**. American Journal of Sociology, v. 89, n. 5, p. 1017-1064, 1984.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Recursos naturais: situação e tendências**. 2013. Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35925/1/S2013835_pt.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

CORRÊA, Daniela; LIMA, Gilberto Tadeu. **Crescimento econômico impulsionado por**

recursos naturais: uma nota sobre a experiência de Botsuana. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2 (118), p. 329-339, abr./jun. 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GOOD, K. **Diamonds, dispossession and democracy in Botswana**. Indiana University Press, 2008.

MARTINEZ-ALIER, J. **The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2002.

McMICHAEL, P. **Development and social change: a global perspective**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PAGIOLA, S. **Payments for environmental services in Costa Rica**. *Ecological Economics*, v. 65, n. 4, p. 712-724, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografía de la globalización: división internacional del trabajo, eco-política y democracia**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SILVA, R. et al. **Sustentabilidade e desenvolvimento: desafios e perspectivas no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.